

STJ00119118

FRANCISCO REZEK

DIREITO  
INTERNACIONAL  
PUBLICO  
CURSO ELEMENTAR

19ª edição  
2024

saraiva  jur



saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP  
01310-100

**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin

**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos

**Gerência de produção e projetos** Fernando Penteado

**Gerência de conteúdo e aquisições** Thais Cassoli Reato César

**Gerência editorial** Livia Céspedes

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza

Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Daniel Pavani Naveira

**Design e produção** Jeferson Costa da Silva (coord.)

Rosana Peroni Fazolari

Camilla Felix Cianelli Chaves

Lais Soriano

Tiago Dela Rosa

**Planejamento e projetos** Cintia Aparecida dos Santos

Daniela Maria Chaves

Carvalho Emily Larissa

Ferreira da Silva Kelli Priscila

Pinto

**Diagramação** Cássia Souto

**Revisão** Bernardete Mauricio

**Capa** Oriando Facioli Design

**Adaptação da capa** Lais Soriano

**Produção gráfica** Mari Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Edições Loyola

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**

R467d Rezek, Francisco

Direito Internacional Público / Francisco Rezek.  
- 19. ed. - São Paulo : SaraivaJur,  
2024 488 p.

ISBN: 978-85-5362-290-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Internacional Público. I.  
Título.

2023-2565

CDD  
343

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Internacional Público	34
2. Direito Internacional Público	34
	1

**Data de fechamento da edição: 25-9-2023**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA  CL  CAE

# INDICE GERAL

<i>Prefácio do autor</i> .....	XXI
--------------------------------	-----

## INTRODUÇÃO

1. Ordem jurídica na sociedade internacional descentralizada	1
2. Fundamento do direito internacional público.....	3
3. Direito internacional e direito interno: teorias em confronto.	4
4. Roteiro do curso .....	5

## Parte I

### NORMAS INTERNACIONAIS

5. O rol das fontes no Estatuto da Corte da Haia.....	11
---	----

### Capítulo I

#### O TRATADO INTERNACIONAL

6. Perspectiva histórica.....	13
-------------------------------	----

#### Seção I — ENTENDIMENTO DO FENÔMENO CONVENCIONAL

7. Conceito.....	16
8. Terminologia .....	16
9. Formalidade.....	18
10. Atores .....	20
11. Efeitos jurídicos.....	20
12. Regência do direito internacional.....	24
13. Base instrumental .....	25
a) Troca de notas: um meio de comunicação .....	25
b) Troca de notas: um método negocial .....	26

## Seção II — CLASSIFICAÇÃO DOS TRATADOS

14. Proposição da matéria.....	27
15. Número de partes.....	27
16. Procedimento.....	27
17. Natureza das normas.....	30
18. Execução no tempo.....	32
19. Execução no espaço.....	34

## Seção III — PRODUÇÃO DO TEXTO CONVENCIONAL

20. Competência negocial .....	35
a) Chefes de Estado e de governo.....	36
b) Plenipotenciários.....	37
c) Delegações nacionais .....	39
21. Negociação bilateral: roteiro e circunstâncias.....	40
22. Negociação coletiva: roteiro e circunstâncias .....	43
23. Estrutura do tratado .....	46

## Seção IV — EXPRESSÃO DO CONSENTIMENTO

24. Assinatura.....	48
25. Intercâmbio instrumental.....	49
26. Ratificação: entendimento.....	50
27. Ratificação: características.....	52
a) Competência.....	53
b) Discricionariedade.....	54
c) Irretratibilidade .....	55
28. Ratificação: formas.....	57
29. Ratificação: o depositário.....	58
30. Pressupostos constitucionais do consentimento: generalidades.....	59
31. Pressupostos constitucionais do consentimento: o sistema brasileiro.....	61
32. O problema dos “acordos executivos” .....	62
33. Acordos executivos possíveis no Brasil .....	64
a) O acordo executivo como subproduto de tratado vigente..	64
b) O acordo executivo como expressão de diplomacia ordinária.....	65
34. Procedimento parlamentar.....	66

35. Reservas.....	68
36. Vícios do consentimento .....	71
a) Consentimento viciado pela desobediência ao direito público interno.....	71
b) Erro, dolo, corrupção e coação sobre o negociador .....	73
c) Coação sobre o Estado .....	73

## Seção V — ENTRADA EM VIGOR

37. Sistemas.....	75
a) Vigência contemporânea do consentimento.....	75
b) Vigência diferida.....	76
38. Registro e publicidade.....	76
a) O sistema da Sociedade das Nações.....	77
b) O sistema das Nações Unidas.....	78
c) Registros regionais e especializados .....	79
39. Incorporação ao direito interno .....	80
40. Promulgação e publicação de tratados no Brasil.....	80

## Seção VI — O TRATADO EM VIGOR

41. Efeitos sobre as partes .....	81
42. Efeitos sobre terceiros .....	87
a) Efeito difuso: as situações jurídicas objetivas.....	87
b) Efeito aparente: a cláusula de nação mais favorecida....	88
c) Previsão convencional de direitos para terceiros .....	89
d) Previsão convencional de obrigações para terceiros. O sistema de garantia .....	89
43. Duração.....	90
44. Ingresso mediante adesão .....	91
45. Emendas .....	94
46. Violação.....	95
47. Interpretação.....	97
a) Sistemas.....	97
b) Métodos .....	99
48. Conflito entre tratados.....	100
a) Identidade da fonte de produção normativa.....	101
b) Diversidade da fonte de produção normativa.....	101
49. Conflito entre tratado e norma de direito interno.....	103
a) Prevalência dos tratados sobre o direito interno infra-constitucional.....	105

b) Paridade entre o tratado e a lei nacional.....	105
50. Situações particulares em direito brasileiro atual.....	107
a) Domínio tributário: o art. 98 do Código Tributário Nacional.....	107
b) Direitos e garantias fundamentais: o art. 5º, §§ 2º e 3º, da Constituição .....	115

## Seção VII — EXTINÇÃO DO TRATADO

51. A vontade comum.....	118
a) Predeterminação ab-rogatória .....	118
b) Decisão ab-rogatória superveniente .....	120
52. A vontade unilateral .....	122
53. Denúncia e direito interno .....	124
54. Mudanças circunstanciais.....	129
a) A execução tornada impossível.....	129
b) “ <i>Rebus sic stantibus</i> ”.....	129
55. <i>Jus cogens</i> .....	131

### Capítulo II

#### FORMAS EXTRA CONVENCIONAIS DE EXPRESSÃO DO DIREITO INTERNACIONAL

56. Proposição da matéria.....	133
--------------------------------	-----

## Seção I — O COSTUME INTERNACIONAL

57. Elementos do costume.....	133
58. O elemento material .....	134
59. Elemento subjetivo: a <i>opinio juris</i> .....	135
60. O problema da generalidade .....	136
61. Prova do costume: atos estatais.....	137
62. Prova do costume no plano internacional.....	138
63. Costume e tratado: a questão hierárquica.....	139
64. Costume e tratado: a evolução histórica.....	140
65. Codificação do direito costumeiro.....	141
66. Fundamento de validade da norma costumeira .....	144
67. Fundamento do costume: a doutrina e a Corte.....	145

## Seção II — PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

68. Significado original.....	147
69. Entendimento extensivo .....	148
70. Fundamento de validade dos princípios gerais.....	148

### Seção III — ATOS UNILATERAIS

71. Controvérsia .....	150
72. Ato e norma .....	151

### Seção IV — DECISÕES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

73. Ainda a controvérsia.....	152
74. Nomenclatura e eficácia .....	153
75. Natureza jurídica. Autonomia .....	154

## Capítulo III INSTRUMENTOS DE INTERPRETAÇÃO E DE COMPENSAÇÃO

76. Proposição da matéria.....	156
--------------------------------	-----

### Seção I — JURISPRUDÊNCIA E DOUTRINA

77. O juiz não legisla.....	156
78. Determinação do teor das normas não escritas.....	157
79. Que jurisprudência?.....	158
80. Doutrina: a difícil sintonia.....	159

### Seção II — ANALOGIA E EQUIDADE

81. Métodos de raciocínio jurídico.....	160
82. Entendimento da equidade .....	161

## Parte II PERSONALIDADE INTERNACIONAL

83. Estados e organizações internacionais.....	165
84. Indivíduos e empresas .....	166
85. Réus em foro internacional.....	168

86. Litígios transnacionais entre o particular e o Estado.....	174
87. Proposição da matéria.....	176
<b>Capítulo I</b>	
<b>O ESTADO</b>	
88. Três elementos.....	177
<b>Seção I TERRITÓRIO DO ESTADO</b>	
89. Jurisdição ou competência.....	177
90. Aquisição e perda de território .....	180
91. Delimitação territorial .....	182
<b>Seção II — IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL</b>	
92. Um velho tema .....	185
93. Diplomacia propriamente dita e serviço consular .....	186
94. Privilégios diplomáticos .....	187
95. Privilégios consulares.....	188
96. Aspectos da imunidade penal .....	190
97. Renúncia à imunidade .....	191
98. Primado do direito local .....	191
99. Estado estrangeiro e jurisdição local .....	192
100. Imunidade do Estado: fatos novos e perspectivas .....	194
<b>Seção III — DIMENSÃO PESSOAL DO ESTADO</b>	
101. População e comunidade nacional.....	197
102. Conceito de nacionalidade.....	198
<b>Subseção 1 — <i>A nacionalidade em direito internacional</i></b>	
103. Princípios gerais e normas costumeiras.....	199
104. Tratados multilaterais.....	201
<b>Subseção 2 — <i>A nacionalidade brasileira</i></b>	
105. Matéria constitucional .....	204
106. Brasileiros natos .....	204
107. Brasileiros naturalizados .....	207
108. Perda da nacionalidade brasileira .....	208
<b>Subseção 3 — <i>O estatuto de igualdade</i></b>	



109. Gênese .....	209
110. Dois padrões de igualdade .....	210
111. Extinção do benefício estatutário .....	211
<b>Seção IV — CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO</b>	
112. Admissão discricionária .....	211
<b>Subseção 1 — <i>Títulos de ingresso e direitos do estrangeiro</i></b>	
113. Variedade dos vistos .....	212
114. Diversidade dos direitos. Refúgio .....	213
<b>Subseção 2 — <i>Exclusão do estrangeiro por iniciativa local</i></b>	
115. Deportação .....	215
116. Expulsão .....	215
<b>Subseção 3 — <i>A extradição</i></b>	
117. Conceito e fundamento jurídico .....	217
118. A extradição no Brasil: reciprocidade e poderes constitu- cionais do Congresso .....	218
119. Discrição governamental e obrigação convencional .....	218
120. Submissão ao exame judiciário .....	219
121. Controle jurisdicional .....	221
122. Legalidade da extradição .....	222
123. Efetivação da entrega do extraditando .....	227
<b>Subseção 4 — <i>Variantes ilegais da extradição</i></b>	
124. Dilemas da Justiça .....	228
125. Indiferença do direito internacional .....	231
126. Vocação protetiva do direito interno .....	232
127. O sistema protetivo no direito brasileiro .....	233
128. A doutrina do caso Biggs .....	234
<b>Subseção 5 — <i>Asilo político</i></b>	
129. Conceito e espécies .....	237
130. Natureza do asilo diplomático .....	238
131. Disciplina do asilo diplomático .....	239
<b>Seção V — PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS</b>	
132. Normas substantivas .....	241

133. Declaração de 1948: direitos civis e políticos .....	242
134. Declaração de 1948: direitos econômicos, sociais e culturais	242
135. Direitos humanos de terceira geração.....	242
136. Tratados sobre os direitos humanos .....	243
137. Mecanismos de implementação .....	244
<b>Seção VI — SOBERANIA</b>	
138. Noção de soberania.....	246
139. Roteiro da matéria .....	249
<b>Subseção 1 — <i>Reconhecimento de Estado e de governo</i></b>	
140. Natureza declaratória do reconhecimento de Estado.....	250
141. Formas do reconhecimento de Estado .....	251
142. Reconhecimento de governo: circunstâncias.....	252
143. Doutrina Tobar: a expectativa da legitimidade .....	254
144. Doutrina Estrada: uma questão de forma .....	255
145. Harmonização das doutrinas. Prática contemporânea .....	256
<b>Subseção 2 — <i>Estados federados e territórios sob administração</i></b>	
146. O fenômeno federativo e a unidade da soberania .....	258
147. Atuação aparente de províncias federadas no plano inter- nacional.....	260
148. Territórios sob administração: a ONU e o sistema de tutela...	261
<b>Subseção 3 — <i>Soberania e hipossuficiência</i></b>	
149. O problema dos microestados .....	262
150. Nações em luta pela soberania .....	264
151. A Santa Sé: um caso excepcional .....	265
<b>Seção VII — MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO</b>	
152. Atualidade das normas .....	267
153. Matrizes do direito ambiental.....	269
<b>Capítulo II</b>	
<b>ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	
154. Introdução .....	271
<b>Seção I — TEORIA GERAL</b>	
155. Personalidade jurídica .....	279

156. Órgãos.....	280
157. Aspectos do processo decisório.....	281
158. A organização frente a Estados não membros.....	285
159. Sede da organização.....	286
160. Representação, garantias, imunidade.....	288
161. Finanças da organização.....	301
162. Admissão de novos membros.....	302
163. Sanções.....	304
164. Retirada de Estados-membros.....	306

## Seção II — ESPÉCIES

165. Alcance e domínio temático.....	307
166. Alcance universal, domínio político: a SDN e a ONU.....	308
167. Alcance universal, domínio específico.....	310
168. Alcance regional, domínio político.....	311
169. Alcance regional, domínio específico.....	312

## Capítulo III

### RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

170. Conceito.....	314
171. Fundamento.....	315

## Seção I — ELEMENTOS ESSENCIAIS

172. O ato ilícito.....	316
173. A imputabilidade.....	316
174. O dano.....	319

## Seção II — PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA

175. Teoria geral.....	320
176. O endosso.....	321
177. Primeira condição do endosso: a nacionalidade do particular.....	322
178. Dupla nacionalidade.....	323
179. Nacionalidade contínua.....	324
180. Nacionalidade efetiva.....	324
181. Proteção funcional.....	326
182. Segunda condição do endosso: o esgotamento dos recursos internos.....	327

183. Efeito jurídico do endosso .....	328
184. Renúncia prévia à proteção diplomática: a doutrina e a cláusula Calvo .....	329
<b>Seção III — CONSEQUÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL</b>	
185. A reparação devida .....	331
186. Formas e extensão da reparação devida .....	331
<b>Capítulo IV O FENÔMENO SUCESSÓRIO</b>	
187. O princípio da continuidade do Estado .....	334
<b>Seção I — SUCESSÃO DE ESTADOS: MODALIDADES</b>	
188. Fusão ou agregação de Estados .....	335
189. Secessão ou desmembramento de Estados .....	335
190. Transferência territorial .....	336
<b>Seção II — SUCESSÃO DE ESTADOS: EFEITO JURÍDICO</b>	
191. Normas aplicáveis .....	336
192. Nacionalidade das pessoas .....	337
193. Bens públicos.....	337
194. Tratados e dívida externa.....	339
<b>Seção III — SUCESSÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	
195. Um quadro recente .....	341
196. Dois exemplos .....	341
<b>Parte III DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL</b>	
197. Proposição da matéria.....	345
198. O polo norte.....	345
199. A Antártica .....	346

**Capítulo I**  
**O MAR**

200.	Codificação do direito costumeiro.....	349
201.	Navios: noção e espécies.....	350
<b>Seção I — ÁGUAS INTERIORES, MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA</b>		
202.	Variedade das águas interiores.....	351
203.	Regime jurídico.....	352
204.	Mar territorial: natureza e regime jurídico.....	353
205.	Mar territorial: extensão.....	354
206.	Mar territorial: delimitação.....	355
207.	Zona contígua.....	357
<b>Seção II — ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA</b>		
208.	Entendimento.....	357
209.	Direitos do Estado costeiro.....	358
210.	Direitos da comunidade.....	358
<b>Seção III — PLATAFORMA CONTINENTAL E FUNDOS MARINHOS</b>		
211.	Regime jurídico da plataforma continental.....	359
212.	Regime jurídico dos fundos marinhos.....	360
<b>Seção IV — ALTO-MAR</b>		
213.	Princípio da liberdade.....	361
214.	Restrições à liberdade.....	362
215.	Disciplina da navegação.....	362
<b>Seção V — TRÂNSITO MARÍTIMO: ESTREITOS E CANAIS</b>		
216.	Estreitos: algumas normas gerais.....	363
217.	Canais: regimes singulares.....	364

**Capítulo II**  
**RIOS INTERNACIONAIS**

218.	Conceito.....	368
------	---------------	-----

**Seção I — ALGUNS PRINCÍPIOS**

219. Um direito casuístico.....	368
---------------------------------	-----

**Seção II — REGIMES FLUVIAIS SINGULARES**

220. Rios da América do Sul.....	369
221. Outros regimes.....	370

**Capítulo III  
O ESPAÇO**

222. Distinção preliminar.....	372
--------------------------------	-----

**Seção I — O ESPAÇO AÉREO**

223. Princípios elementares.....	372
224. Normas convencionais.....	373
225. Nacionalidade das aeronaves.....	374
226. O sistema das cinco liberdades.....	375
227. Segurança do tráfego aéreo .....	376

**Seção II — O ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO**

228. Gênese das normas .....	377
229. Cooperação e pacifismo relativo .....	378

**Parte IV  
CONFLITOS INTERNACIONAIS**

230. Noção de conflito internacional.....	381
231. Proposição da matéria.....	382

**Capítulo I  
SOLUÇÃO PACÍFICA**

232. Evolução dos meios.....	385
------------------------------	-----

**Seção I — MEIOS DIPLOMÁTICOS**

233. O entendimento direto em sua forma simples.....	386
234. Bons ofícios.....	386
235. Sistema de consultas.....	388

236. Mediação .....	388
237. Conciliação .....	390
238. Inquérito: uma preliminar de instância.....	391

## Seção II — MEIOS POLÍTICOS

239. Órgãos políticos das Nações Unidas .....	391
240. Esquemas regionais e especializados .....	394

## Seção III — MEIOS JURISDICIONAIS

241. Conceito.....	395
--------------------	-----

### Subseção 1 — *A arbitragem*

242. Jurisdição <i>ad hoc</i> .....	395
243. Árbitros e tribunais arbitrais .....	396
244. A Corte Permanente de Arbitragem .....	397
245. Base jurídica da arbitragem .....	397
246. Natureza irrecorrível da sentença arbitral.....	399
247. Obrigatoriedade da sentença arbitral.....	400
248. Carência de executoriedade .....	400

### Subseção 2 — *A solução judiciária*

249. Uma opção soberana.....	400
250. Uma história recente .....	401
251. A Corte da Haia: duas fases.....	402
252. 1945: a ressurreição da Corte .....	403
253. Juízes da Corte da Haia .....	403
254. Competência contenciosa .....	404
255. Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória .....	406
256. Linhas gerais do procedimento.....	407
257. Natureza do acórdão .....	408
258. Competência consultiva.....	412
259. Cortes regionais e especializadas .....	412

## Capítulo II

### A GUERRA FRENTE AO DIREITO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

260. <i>Jus in bello</i> .....	415
--------------------------------	-----

## Seção I — DIREITO ANTERIOR À PROSCRIÇÃO DA GUERRA

261. Velhas regras costumeiras ..... 416  
 262. Codificação: primeiros passos..... 417  
 263. O direito da Haia: guerra e neutralidade..... 418

Seção II — EVOLUÇÃO DA NORMA PROIBITIVA DA GUERRA  
(1919-1945)

264. Pacto da SDN: o prazo moratório..... 420  
 265. Pacto Briand-Kellog: a renúncia ..... 420  
 266. Carta das Nações Unidas: a proibição formal e extensiva..... 420

Seção III — DIREITO SUPERVENIENTE À PROSCRIÇÃO  
DA GUERRA

267. O direito de Genebra: um imperativo humanitário..... 422  
 268. Desarmamento e outros temas de trato recente ..... 424  
 269. Guerra total: hoje um falso problema..... 425

*Abreviaturas*..... 427

*Bibliografia*..... 431

- Obras gerais..... 431  
 Normas internacionais ..... 435  
 Personalidade internacional ..... 440  
 Domínio público internacional ..... 444  
 Conflitos internacionais ..... 444  
 Outras obras..... 446

*Índice remissivo*..... 449